ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA QUATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. (14-12-2022).

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, quarta-feira, às nove horas e cinco minutos, foi realizada a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, por videoconferência, para discutirem o **Projeto de Lei N.º 169/2021**, de autoria do Prefeito Municipal que "Institui o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Mariana. **Participaram da reunião:** os Vereadores Adimar José Cota, Edson Agostinho de Castro, Fernando Sampaio, Marcelo Macedo, Maurício Borges e Ricardo Miranda. **Registraram Presença:** Alexandre Bernardes Costa, Vale; Amarildo Pereira, Presidente da ACIAM; Ana Cristina Souza Maia, Presidente do COMPAT e oficial do Cartório de Registro de Imóvel; Antônio Marcos Ramos de Freitas, Secretário Municipal de Segurança Pública; Aparecida Tavares, ADEM; Carol Araújo, ACIAM; Cristiane Costa, Demutran; Dr. Cristiano Maciel, Presidente da OAB Mariana; Denise Almeida, Secretaria do Meio-Ambiente; Dmitri Valeri, CEMIG; Eliabe Freitas, Demutran; Fábio Figueiredo, CEDRO; Guilherme Silva, ACIAM; Hélcio Borges, CEDRO; Izabel Azevedo, Vale; Karla Sabino, Prefeitura. Hélcio Borges, CEDRO. Israel Quirino, Procurador Municipal; Priscila Nilo, Samarco; Raphael D'Angelo, Fundação Renova (FR); Rodolfo Pereira, Fiscalização de Posturas; Sibele Francisco, Vale; Valdirene Azevedo, Receita Municipal. **ABERTURA: "**Em nome de Deus e do povo Marianense, havendo número regimental" o Vereador Fernando iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e passou a palavra para a Sra. Karla, que disse que o Plano de Mobilidade (PM) foi apresentado integralmente em fevereiro e março, do corrente ano, quando houve a apresentação das leis, passou pela Demutran, sem solicitação de alteração, a não ser na redação, onde se usa "pessoa com deficiência", ao invés de "portadora de deficiência"; foram apresentados dois mapas, um de rotas acessíveis e outra de rotas cicloviárias, cujas diretrizes são dadas pelo PM, com prazo de trinta meses para o Município elabore os projetos relacionados a mobilidade e rotas. O Vereador Fernando esclareceu que os trinta meses são para elaboração dos projetos, e que se devem também colocar prazos para execução das obras apontadas. Com a palavra, o Dr. Israel disse que o PM deve ser lido junto ao Plano Diretor (PD), onde constam ações previstas com prazos de execução; apresenta diretrizes para elaboração de projetos de intervenção no sistema viário, que foi contemplado em sua totalidade, inclusive as vias rurais e urbanas, que representam maior conflito atualmente; a estimativa de trinta meses é para que a administração paute em seus Planos Plurianuais (PPAs) as intervenções prioritárias, estabelecendo metas e tempo para cumprir, evitando atropelamentos no primeiro ano de governo, e estabelece metas para os quatro anos seguintes, preservando-se a autonomia executiva; disse haver intervenção no acesso Cabanas e outra no Barro Preto, as quais são emergenciais. Disse

que, ao se discutir o PPA, esse deve ser amparado pelas diretrizes que vêm no Plano Macro, ou seja, o Plano de Mobilidade Urbana e no Plano Diretor (PD); disse que os planos discutidos nas últimas semanas são planos de gestão a longo prazo, que depois são fatiados a médio prazo, no PPA e a curto prazo, na Lei Orçamentária Anual (LOA) e as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sendo esse o sistema de planejamento pela Constituição Federal. A Sra. Karla considerou que, nos PM e PD, exstem as diretrizes de estruturação do setor, então na mobilidade junto do planejamento urbano, é importante para que se possa acompanhar os projetos e suas execuções, devendo focar no planejamento, pois deve-se acompanhar o cumprimento das leis criadas. O Vereador Fernando disse para a Sra. Aparecida, que disse que na LDO de cada ano, onde vem as rubricas orçamentarias, ao inseri-las, pode-se realizar emenda na LOA, direcionando os projetos e, para o ano que vem, já podem-se desenvolver os projetos de rubricas orçamentárias na LDO do próximo ano. O Vereador Fernando disse haver dificuldade em implantar o PPA, pois o Governo não teria a obrigação de satisfazê-lo; sendo que, ao haverem trinta meses para criarem os projetos, cerca de três anos, muda-se o mandato e então, a partir do próximo mandato é que se pensaria na execução dos mesmos; disse que devem inserir no PPA planos para a próxima legislatura, forçando seu cumprimento. A Sra. Aparecida disse que a rota acessível no PD é prioridade e que o departamento de obras e projetos para dois mil e vinte e três já pode colocá-lo em prática, o que será um marco histórico para Mariana. O Vereador Fernando pediu ao Vereador Edson que levasse a demanda à Prefeitura em janeiro do próximo ano, ao que a Sra. Aparecida disse que esse ano a ADEM inaugurará sede à Rua Piauí, antes mesmo do natal; disse que a ADEM tem total interesse em participar desses projetos junto à Casa. O Vereador Fernando questionou haver mudança no PM, ao que a Sra. Aparecida disse ter percebido que as mudanças nos conceitos citados pela Sra. Karla, porém ainda constam algumas instâncias de "portadora de deficiência", que devem ser alteradas; direcionou-se ao Dr. Israel sobre a redação o artigo 8º, que é o único que trata de "eixos urbanos e rurais", e questionou o motivo de não se constar nos próximos artigos "urbano e rural", sendo que falta o "rural", ao que o Dr. Israel respondeu que esse PM trata da urbana e, ao tratar de zona rural, chama de vias secundaria, onde trafegam equipamentos rurais e animais de carga, abordados em outro plano; disse que o que se pretende é fazer a integração das vias urbanas ao acesso as vias principais dos distritos. A Sra. Karla disse que no artigo 13º está falando da articulação e o 15º refere-se à estrutura urbana: de início destacando a infraestrutura e posteriormente trata dos objetivos rurais e urbanos, sendo o PM segmentado. A Sra. Aparecida disse que consta "pessoa com deficiência" no artigo 20º e depois "portadora de deficiência", no inciso V; ao que a Sra. Karla disse ter havido adaptação na redação não alterações significativas na lei, ao que a Sra. Aparecida questionou se a via do PD seria aprovada junto da PM, ao que a Sra. Karla assentiu. A Sra. Cristiane disse que a prioridade seria a estruturação uma Secretaria específica para mobilidade urbana. A Sra. Karla disse que para Mariana há um desafio de adaptação, por haver a área urbana consolidada, sem planejamento das ruas e calçadas, não conseguimos criar dentro dos parâmetros da lei, os espaços e as calçadas ideais, tendo de trabalhar em projetos em que se consiga adequar o máximo possível dos espaços para priorizar o pedestre, com mobilidade reduzida ou não, havendo, hoje, dificuldade de deslocamento em Mariana, seja a pé ou em veículo

devendo procurarem-se as melhores e adequações. A Sra. Aparecida disse que, no caso do setor focado, houve discussão que normatizou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a normativa do IPHAN, a Lei de Acessibilidade e a Lei do trânsito, então quando estava discutindo o PM em 2019, no último dia foi feita uma proposta de colocar essas leis como básicas, mas elas foram como diretrizes, para desenvolver os projetos; sobre a questão financeira, é de competência da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), cuja uma das rubricas é trabalhar infraestrutura, meio ambiente, educação e saúde, então uma infraestrutura de criar um projeto com essa rubrica orçamentária seria um ganho para Mariana. O Sr. Rodolfo disse que devem-se conscientizar as pessoas sobre a importância dos passeios, pois tem dificuldade de transitar com seu filho, cadeirante. Com a palavra, o Dr. Israel disse estar bem representada a sala, por vários segmentos econômicos e sociais, e que, em termos de planejamento futuro da Cidade, o papel da Casa é fundamental, tendo criado o PD, Código de Posturas (CP) PM, há o Código de Obras em execução, sendo vários instrumentos de planejamento a longo prazo que darão condições aos gestores futuros, com metas e diretrizes bem traçadas e participação efetiva da sociedade. Disse bastar dizer que Mariana é a primeira cidade planejada da América do Sul, tendo passado por um período turbulento com o crescimento desenfreado, no final dos anos setenta e início de oitenta, e agora entra-se com uma medida corretiva; deu-se início ao PD em dois mil e treze, que se tornou obsoleto pela própria dinâmica da Cidade, sendo que se entraram com ações corretivas, revisando instrumentos já existentes. Disse que o Sr. Rodolfo está com o novo CP, que deve ser trabalhado com próximos Prefeitos para efetivar as medidas, estabelecer departamentos públicos para instaurar as normas, passo importante, que ficará marcado na gestão da Câmara, que abriu para discussão democrática a modernização da Cidade e seus instrumentos, e a Cidade possa ter leis efetivas, respeitadas e que traduzam o bem-estar do povo, ao que o Vereador Fernando agradeceu. Com a palavra, a Sra. Elaine disse ter ficado satisfeita com os novos projetos e, como comerciante antiga da cidade, sente cada vez mais a necessidade do PM, visto que os clientes reclamam muito da dificuldade de estacionamento, sendo assustadora a situação, já que às nove da manhã, quando costuma receber representantes de marcas, esses demoram meia hora para conseguir estacionar; só em novembro do corrente ano, foram três reclamações, não incluindo os clientes que desistem; disse que por todo o corrente ano houve reclamações e pedidos, havendo a demanda do comércio, ao que o Vereador Fernando assentiu ser uma reclamação constante na Câmara, sendo que não se consegue estacionamento nem mesmo pago. A Sra. Elaine disse que, como está, Mariana está fadada ao fracasso, diminuindo cada vez mais o número de clientes; na semana de instalação das luzes de natal, teve vontade de ir embora, após vinte e cinco anos na Cidade, dado o trânsito caótico. O Vereador Fernando concordou que os comerciantes perdem muitas vendas, pois não encontrando vaga, o cliente desiste e até mesmo dá preferência ao comércio belo-horizontino, com concordância da Sra. Elaine. O Vereador Fernando disse haver trabalhadores que deixam o carro na rua, pegam o transporte e buscam seu veículo no final do dia, ocupando vagas sem necessidade. Com a palavra, o Ten. Freitas concordou e disse haver questões que fogem de sua alçada, sendo que a empresa que fazia o rotativo retirou-se e que se sabe que os setores público e privado não funcionam bem juntos. Disse que, quando a empresa se retirou, foi feito

um estrato amigável, que a procuradoria rejeitou, obrigando a empresa a pagar quebra de contrato; quando o Dr. Israel tomou a posição, realizaram o extrato amigável, e agora está em novo processo a licitação do rotativo e reiterou sobre os carros de trabalhadores parados nas ruas. Disse ser difícil trabalhar com rotativo, por serem cento e setenta vagas para o mesmo, sem interesse de empresas pelo pequeno o retorno, precisando ampliar a oferta de estacionamento em certas ruas, como a Bom Jesus e a Manoel Leandro Correia, visto o tumulto nesses lugares. Disse que, ao precisar fechar ruas para a instalação de luzes de natal, o trânsito torna-se caótico e concordou em colocar em prática o PM. O Vereador Fernando disse que, sobre o rotativo, faz-se necessária sua prática, visto que está há dois anos parado, sendo tempo mais que suficiente para a realização do extrato, e que a Prefeitura acaba prejudicando a população, ao que o Ten. Freitas disse que esse foi desativado devido à pandemia, depois normalizou. O Vereador Fernando disse que, no final de novembro, inicio de dezembro do corrente ano, o gasto realizado com o Natal de Luz foi demasiado alto para ficar apenas trinta dias e, caso houvesse sido montado no início de novembro, a decoração ficaria por mais tempo e o gasto seria o mesmo, tendo faltado programação adequada por parte da Prefeitura. Com a palavra, a Sra. Elaine ressaltou que, em Gramado, o Natal de Luz começava em novembro, esse ano começaram em outubro, aproveitando quatro meses do ano; disse não ser necessário esse extremo, mas concordou que poderia ter sido montado anteriormente, quando o comércio estava mais fraco. O Vereador Fernando disse que cobraria, pois há lei regulamentando o início do Natal de Luz em novembro. Com a palavra, o Sr. Amarildo disse ser a mobilidade uma demanda urgente e que, em Mariana o foco são os recursos da mineração, não se valorizando o comércio e o turismo, no qual se investe a fim de divulgar o trabalho de quem estiver à frente do poder público; enquanto Mariana não entender a importância de se fazerem planejamento e os projetos com antecedência, evitando a exploração desenfreada de minério, estaremos fadados ao fracasso e nunca teremos turismo na Cidade. Disse haver a necessidade de se trabalhar planejamento e desenvolvimento de todos os setores envolvidos no comércio, importante para a contratação de mão-de-obra local; precisando trabalhar, ainda, a situação absurda do estacionamento, do qual a Cidade não possui contrato de rotativo há dois anos; disse que vê-se que essa não é prioridade, pois se entende que, quando há boa vontade, se resolve. Disse que a população precisa cobrar mais, pois essa não participa, mesmo em audiências públicas; precisa-se estar mais próximo dos governantes, para que entendam as demanda, com concordância do Vereador Fernando, que disse que a Prefeitura é muito falha com o turista, que não é bem acolhido. Sobre o Natal de Luz, disse que a programação deve sair em agosto e inaugurar-se até no máximo dez de novembro, vindo a ser lei a partir de dois mil e vinte e três. Com a palavra, a Sra. Carol concordou com a Sra. Elaine e o Sr. Amarildo, disse entender a dificuldade da guarda, mas, além do rotativo, sobre os eventos que ocorreram esse ano na Praça da Sé, foram vários fechamentos de rua, na Frei Durão, a Praça da Sé, o tempo todo montando e desmontando palco, gerador funcionando, ficando com o comércio tampado; disse que a Prefeitura devia fazer um calendário de eventos para o comércio e o turismo, evitando os fechamentos em horário comercial, para liberar as vias, e reiterou a necessidade de cronograma para a Prefeitura não passar por cima das maiores datas. Por exemplo, estão capinando na frente do Chantily, tirando vagas. Com a palavra, a Sra. Aparecida disse

que esse momento é muito importante, pois o artigo 37º da Constituição, cujo princípio é a legalidade, há como cobrar que se resolva a situação dos prejudicados, estando essa lei aprovada. Com a palavra, o Vereador Marcelo disse que, em relação ao estacionamento rotativo, há muitas leis sendo montadas e outras em ação, que infelizmente não são cumpridas. Sobre o PD, CP e PM, se não tiver estrutura na Prefeitura para cuidar de cada um, de nada adiantará, pois não há fiscalização, sendo necessário o comprometimento de todos os funcionários da Prefeitura para que funcione com a estrutura adequada. O Vereador Fernando disse que, sobre a fiscalização, foi cobrado à Prefeitura que fizesse a reestruturação, para aumentar o número de fiscais em Mariana, e em janeiro efetivam-se vários fiscais, ao que o Vereador Marcelo demonstrou satisfação. Com a palavra, o Dr. Juliano reforçou a fala do Sr. Amarildo e da Sra. Elaine, de que não existe sucesso sem planejamento, devendo-se ter a cabeça mais aberta ao se falar de turismo em Mariana, pois vê-se gastos pequenos em outras cidades que conseguem fomentar grandiosamente, ao contrário de Mariana, sendo um problema antigo, que se arrasta. Citou Tiradentes como exemplo, tendo essa uma receita muito menor que a de Mariana, conta com festivais que agregam a todos os segmentos, como o Festival de Vinho, o que depende de planejamento e da competência dos atores, sendo que Mariana possui grande potencial no turismo: rural, ecológico, religioso, etc. e, a parte histórica do centro precisa ser melhor aproveitada Com a palavra, o Dr. Marcílio disse estar atento às colocações, e considerou tratar-se de uma questão de política de continuidade, o que não se consegue em Mariana, havendo questões que podem ser planejadas e executadas a longo prazo. Disse que, em dois mil e seis houve um calendário cultural e hoje, quando se observa o mesmo, foram seis meses tentando colocar em prática a programação, que demanda tempo e planejamento; a demanda da Secretaria é imensa, pois além do calendário cultural, a Cidade tem trinta e três comunidades que buscam apoio; mesmo com planejamento, a demanda diária tem mais doze que os envolvem. Concordou com o que foi dito, entende a importância do planejamento, e reiterou a necessidade da continuidade das políticas. Disse que o departamento de Turismo conta com uma pessoa só, idem Cultura e Patrimônio, que envolvem uma gama de programas e patrocínios, havendo dificuldade para se trabalhar o receptivo. Outro aspecto citado por ele são os trinta mil carros emplacados em Mariana, adicionando ao problema do estacionamento que, dentro das condições e estruturas presentes, tentam resolver, sendo um problema estrutural. O Vereador Fernando disse concordar em parte, que falta gestão da Prefeitura, que conta com quatro mil funcionários, que precisam ser melhor distribuídos, com concordância do Sr. Marcílio. Com a palavra, o Dr. Cristiano disse que, em sua percepção, muitas vezes falta informar a população antecipadamente do fechamento de trânsito e, que se descobrem as intervenções ao chegar ao local, faltando rotas alternativas. Disse que, não se trata apenas de comunicar, mas de direcionar para as vias, para que o fluxo não vá todo para o mesmo local. Concordou com a fala do Sr. Amarildo e da Sra. Elaine sobre o turismo, e sugeriu que se separe o departamento em duas Secretarias distintas: Turismo e Cultura, para que haja fomento e planejamento. O Ten. Freitas disse que o departamento de trânsito realiza a comunicação de todo fechamento de rua, por exigência do Município; porém, às vezes acontece em cima da hora, não por conta do departamento, mas de obras emergenciais, por exemplo; por outro lado, as redes sociais são tão

pesadas, que tenta-se divulgar, mas a informação pode não chegar a todos como deveria. Concordou em repassar aos comerciantes a informação. Disse ter havido conversa no departamento sobre sinalizar as rotas possíveis, que foi feito quando o Catete estava em obras; porém, há a falta de rotas na Cidade: ao se fechar a Frei Durão, há só uma opção, a subida da Câmara, que fica pior com chuva, pela rua ser íngreme. Reiterou a necessidade de melhoria de planejamento e exemplificou com as pinturas realizadas pelo departamento, que agora acontecem à noite. Com a palavra, o Sr. Rodolfo disse ter participado do Encontro Nacional de Fiscais em Ouro Preto, que tratou da importância da sinalização, e considerou necessária a participação dos gestores nas palestras; reiterou a necessidade de fortalecimento da fiscalização. Com a palavra, o Sr. Amarildo disse que o fato de ter só uma pessoa no Turismo mostra a importância que se dá ao turismo na Cidade, sendo necessário pensar numa solução, pois dado o tratamento ao centro histórico, esse será rapidamente deteriorado. Disse que precisa-se aprender a discutir o turismo de forma regional, além de local; fazer parcerias com cidades vizinhas, aproveitando a fama de Ouro Preto, e talvez até mesmo usar a tragédia como potencial de turismo educacional, ao invés de tentar apagar o passado, dependendo da mineração. O Vereador Fernando reiterou que a partir do próximo ano o turismo será investido em peso. Com a palavra, o Sr. Eliabe disse querer tratar de dois pontos: primeiro, o rotativo, do qual assumiu os planos no mês de outubro, sendo uma das demandas urgentes, já iniciou novo processo licitatório, com todas as diretrizes de contratação prontas, e colocou-se à disposição para apresentar a proposta e novo modelo de rotativo, abrangendo novas áreas da Cidade; disse ser de suma importância que esse novo processo esteja incluso na primeira janela de vaga de licitação da Prefeitura. Em relação ao planejamento de eventos, obras e afins, solicitou auxílio da Câmara, pois o Município não tem procedimento administrativo para tal, sendo o departamento de trânsito o último a ser informado e que, ao se planejar eventos de médio e grande porte, isso não pode acontecer; disse que, quando os eventos são de empresas, essas abrem um requerimento, que vai para as várias Secretarias, onde ficam presos em vários momentos só chegando a si cerca de dois dias antes do evento, precisando de tempo hábil para planejar o processo no órgão de trânsito, necessitando melhora na comunicação, além de programar o desvio de rotas e de transporte coletivo. Com a palavra, a Sra. Aparecida reiterou o potencial turístico de esportes, dada a arena, que é invejável e que, desde a criação da ADEM, essa vem lutando pela acessibilidade de Mariana e, dentro do PD constam as rotas acessíveis, potencializando a criação de um produto turístico para as pessoas com mobilidade reduzida e terceira-idade, visto que pessoas com deficiência também viajam, muitas vezes com acompanhantes, fomentando hotéis, restaurantes e o comércio local. Disse que o ADEM realizou evento do setembro verde, no qual a Cidade recebeu a para-seleção e expressou interesse em trazer Campeonato Mineiro de Cadeira de Rodas, o que geraria fluxo turístico. Solicitou que a ADEM fosse convidada para as próximas discussões do turismo, com concordância do Vereador Fernando. Com a palavra, o Vereador Ricardo disse que, desde abril, tem tentado desprender a Cidade da mineração e explorar o máximo do turismo; no início, reuniram-se vários representantes do ciclismo e várias pessoas importantes da Cidade, quando foi levantada a questão do Parque do Itacolomi, que pertence à Cidade; havendo também o Parque da Serrinha, a maior riqueza da Cidade, de onde vem nossa água,

devendo-se manter e preservar o local. Abordou a questão da deficiência, que foi pensada em ser fomentada, mas que não é uma prioridade para Mariana. Concordou com a fala de Vereador Fernando sobre arrecadação e funcionários, que cidades menores desenvolvem muito mais, então tem-se a necessidade de estabelecer as prioridades. O Vereador Fernando perguntou à Sra. Aparecida se o PM atende a ADEM, ao que ela assentiu. Com a palavra, o Sr. Dmitri disse querer conversar com a Prefeitura sobre regularização das ocupações, e que a CEMIG está preocupada com as mesmas. O Vereador Fernando direcionou a questão ao Dr. Israel, que disse ter realizado a Regularização Fundiária Urbana (REURB) na Cartuxa, priorizando a questão fundiária e regularizando o urbanismo; o Morada do Sol se encontra em processo, tendo havido reunião com a CEMIG, na qual essa disse poder fazer a retificação das redes elétricas, contanto que o Município faça urbanização; foi feito decreto de REURB na Morada do Sol, em processo de levantamento gráfico para fazer arruamento e saneamento básico, sendo as iniciativas: cadastro técnico, topografia, e levantamento do aglomerado para fazer processo de urbanização; em Santa Clara e Serrinha ainda não estão tratando, vista a complicação. O Sr. Dmitri disse que a CEMIG nem precisa esperar os documentos de morador, mas o decreto é importante, pois estabelece área de interesse social. O Dr. Israel disse ser necessário traçar as ruas. O Sr. Dmitri concordou com o mapa definitivo da ocupação, ao que o Dr. Israel disse que o Morada do Sol trata-se de um conjunto de aglomerados e, para se fazer arruamento de maneira adequada, devem realizar desapropriações. O Sr. Dmitri assentiu e reiterou a preocupação da CEMIG, direcionando o atendimento da mesma para o Sr. Anderson Mourão, que é o responsável pela Cidade. O Vereador Fernando marcou reunião presencial na procuradoria com a CEMIG para tratar do assunto, com concordância do Dr. Israel. O Sr. Dmitri se disponibilizou para visitar os locais, ao que o Dr. Israel prometeu tirar fotografias para mostrar o estrangulamento de algumas vias, onde será realizada a correção. O Vereador Fernando disse serem poucas as reuniões de comissões até o fim do ano e agradeceu a todos. **Palavra Livre. ENCERRAMENTO:** "Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do povo Marianense", o Vereador Fernando encerrou a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**